

## **A QUESTÃO AGRÁRIA E A SOBERANIA ALIMENTAR NO BRASIL** **os limites da produção de alimentos sob o domínio do imperialismo**

Rosineide Fabricio<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho apresenta um estudo da Geografia Agrária concebido à luz do materialismo histórico e dialético, tomando a Soberania Alimentar dentro de uma perspectiva histórica, associada às necessárias e profundas transformações sociais, que culminem com a libertação do trabalho e das forças produtivas da opressão pelo capital. Considera-se que é nesta questão que reside a perspectiva da Soberania Alimentar, a qual não pode ser concebida, em termos práticos, fora de um grande projeto de transformação social. Sem libertar a terra, as técnicas e as tecnologias e o trabalho humano do controle do capital, só podemos falar em Soberania Alimentar enquanto horizonte de mudanças de um modo de produção a outro. Assim, justificamos a análise da Soberania Alimentar sob uma perspectiva revolucionária.

**Palavras chave:** soberania alimentar, terra, transformação social.

### **Introdução**

A noção geral de soberania, da qual decorre a de Soberania Alimentar, está ligada aos processos históricos de desenvolvimento das sociedades ocidentais, culminando com a constituição dos Estados absolutistas que sofreram as revoluções burguesas, dando origem ao constitucionalismo. Falar, portanto, em soberania nos remete às formulações constitucionalistas que deram formulação ao Estado burguês-liberal. A soberania é, portanto, ao lado do povo e do território, o elemento formador do Estado moderno nascido das hostes do fim do antigo regime, que caracterizou a fase final do feudalismo europeu, e que deu sustentação jurídica e política à modernização. Soberania caracteriza, desse modo, uma situação de poder de auto gerir-se, de independência. Um poder inalienável, intransferível e indivisível. Um povo é soberano, portanto, se goza desse poder em relação aos demais. Dessa noção depreende-se a noção de Soberania Alimentar como parte da soberania política, econômica, científica, tecnológica e cultural.

Neste trabalho, em consonância com o referencial dialético materialista aportado pelo marxismo, não separamos a noção de Soberania Alimentar da compreensão da soberania

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná. E-mail rosifabric@gmail.com.

política no geral. Soberania política é concebida sob o princípio do internacionalismo e da autodeterminação, tal como foi cunhado por Marx e Engels no “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848, sob a consigna de “proletários de todos os países uni-vos”. Ou seja, uma soberania que é separação enquanto uma relação autônoma em face do outro, sob o princípio da autodeterminação dos povos e, ao mesmo tempo, é integração e interdependência, sob o princípio do internacionalismo, ou da integração da classe trabalhadora a nível mundial.

Nesse sentido, entendemos que a questão da Soberania Alimentar no Brasil está diretamente ligada à questão acesso ou não à terra por parte de várias gerações de camponeses brasileiros. O monopólio da terra tem servido para acumular riquezas e não para produzir alimentos necessários no processo de desenvolvimento do país. Entendemos ser a concentração da terra um dos principais geradores das mazelas sociais, não somente no campo, mas, também nas cidades.

No decorrer de nosso trabalho demonstraremos como a questão da fome, tema amplamente discutido em especial nas décadas de 1940 a 1960, após os estudos feitos por Josué de Castro, vincula-se, ainda hoje, ao domínio imperialista sobre nosso país. Este domínio impossibilita o desenvolvimento soberano no campo da política e compromete todo debate e proposições de políticas públicas referente à soberania alimentar. Por fim concluímos com reflexões sobre a necessidade da organização camponesa de orientação teórica proletária, como única forma de romper com o sistema burguês-latifundiário serviçal do imperialismo, que domina econômica e politicamente o Brasil, sendo isto condição sem a qual não se pode efetivar qualquer política de soberania alimentar.

### **Mercantilização da alimentação e soberania alimentar**

A falta de alimentos, e muitas vezes o não acesso ao alimento de qualidade, se constitui num grande problema causado pela mercantilização da produção alimentícia, engendrada pelas grandes corporações transacionais, como analisado por Lappé:

Os produtos colhidos dessas terras mais férteis fluem majoritariamente para consumidores em países ricos. A maioria local empobrecida não tem condições de comprar o que é produzido, e por não formarem um mercado significativo, as elites nacionais veem a população local essencialmente como fonte de mão de obra – um custo de produção a ser minimizado mantendo os salários baixos e quebrando sindicatos. O resultado é uma espiral descendente de degradação da terra e aprofundamento da pobreza nas áreas rurais. Até mesmo problemas urbanos tem origem rural, visto que o pobre tem de abandonar a zona rural em contingentes numerosos, migrando para as cidades, onde somente alguns poucos afortunados

obtem um salário para sobreviver, ao passo que a maioria adoece em favelas e barracos. (LAPPÉ *Apud* ROSSET, 2006, p. 318)

Nessa perspectiva, o debate que se faz presente de forma crucial é a questão da luta pela conquista da terra pelos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra, objetivando a produção de alimentos diversificados, para que se possa garantir a segurança alimentar e nutricional como ponto de partida para implementar uma resistência as imposições mercadológicas. Tal resistência deve ter como princípios básicos o direito humano à alimentação adequada e saudável e à Soberania Alimentar; estes princípios estes servirão como um contraponto referente aos vários significados que são usualmente apresentados por governos, organismos internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações e ao agronegócio (MALUF, 2009, p. 19), que distorcem a sua significação, utilizando a expressão para seus interesses de classe, mascarando a realidade.

De acordo com Rosset:

A noção de Soberania Alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência de não usar o alimento com arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então este país não está seguro, nem no sentido de segurança nacional nem de segurança alimentar. A Soberania Alimentar, portanto vai além do conceito de segurança alimentar, que foi destituído de significado real. (ROSSET, 2003 *Apud* ROSSET, 2006, p. 319)

As leis que regem o mercado fizeram dos alimentos uma mercadoria voltada apenas para aqueles que podem comprar para consumir, especulando e transformando-os em *commodities*. Assim nos tornamos reféns dos chamados impérios alimentares, que não levam em conta nossa cultura alimentar que se traduz em resultado de uma construção histórica milenar de povos de inúmeras nacionalidades (PLOEG, 2008). Visto que somos um país com inúmeras capacidades sociais e ambientais, precisamos nos instrumentalizar com ações que visem concretamente o suprimento de alimentos saudáveis que façam parte de nossa cultura, voltados para toda a população e não apenas para uma minoria, como temos presenciado até o momento.

A agricultura define-se como uma das principais atividades humanas. Desde que foi descoberta, há aproximadamente 12 mil anos, os seres humanos passaram cada vez mais a depender dela, quer seja direta ou indiretamente. Na atualidade em vários países do mundo, principalmente os chamados subdesenvolvidos, a prática da agricultura caracteriza-se por sua importância tanto para a economia local, quanto para a subsistência das populações que ali

vivem. As diferenças no nível de desenvolvimento tecnológico de cada sociedade é o que vai implicar diretamente na sua produção. Assim, como nos lembra Marx:

(...) Somos forçados a começar constatando que o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para “fazer história”. Mas, para viver é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é uma ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje como a milhares de anos deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX, 1996, p. 39).

Essa constatação de Marx nos chama atenção, fazendo referência a importância da produção agrícola para a satisfação das necessidades básicas do ser humano. Além disso, também está presente nesta afirmação a necessária relação entre a produção para as necessidades de subsistência e a transformação social. Sem que essas necessidades (comer, beber) sejam sanadas, não poderemos nem sequer nos movimentar, muito menos pensar ou fazer história. Neste sentido torna-se central o debate acerca da conquista da terra e seu papel no avanço da soberania alimentar em nosso país. Pois para podermos mudar e transformar relações arcaicas em relações avançadas com vistas a um desenvolvimento que leve em consideração o ser humano, não podemos nos furtar em debater o problema da forma de produção no campo, diretamente vinculado à concentração da propriedade fundiária, buscando suas causas e debatendo possíveis soluções.

### **A fome como consequência da dominação Imperialista**

No período entre a Primeira e Segunda Guerras mundiais, muitas técnicas foram desenvolvidas pelos países imperialistas para serem usadas como arma de dominação de um país sobre o outro. Dentre estas armas podemos destacar inúmeros produtos químicos, que foram utilizados em larga escala, para destruir plantações e envenenar rios e lagos, trazendo consequências drásticas para as populações dos países explorados. Dessa forma houve um aumento do controle humano sobre a natureza.

Muitos produtos químicos desenvolvidos para fins bélicos, são transformados em fertilizantes, adubos, inseticidas, pesticidas, herbicidas etc., e passam a ser comercializados a partir da década de 1960 em vários países do mundo, principalmente nos subdesenvolvidos. Esta fase ficou conhecida como “revolução verde”, “se tratava de um tática política do grande

capital para introduzir o capitalismo no campo e gerar mais uma promissora fonte de reprodução do capital, nos países da América Latina, Ásia e África” (PINHEIRO, 2014, p. 53). O objetivo seria expandir a industrialização na agricultura, inserindo nela técnicas modernas de manipulação de animais e plantas. Houve também uma ampliação muito grande das áreas cultivadas, gerando esgotamento dos solos e aumento do número de famintos em todo o mundo.

Embora nesta época a produção tenha atingido cifras imensas para exportação, suas consequências sociais foram exorbitantes. “Antes da Revolução verde, na Índia 18% do campesinato não possuía terras, em 1970, essa porcentagem havia aumentado para 33%” (CHONCHOL, 2005, p. 33). Pouco tempo depois a produção mundial de cereais estava no fim, isto, devido à queda da produção, bem como a compra em grande escala de gêneros alimentícios pela URSS, levando ao esgotamento dos estoques disponíveis e ao aumento dos preços (Cf. CHONCHOL, 2005, p.34).

Este fato trouxe o agravamento da fome em diversos países, que eram utilizados apenas como fornecedores de cereais para os países desenvolvidos, e não tinham assegurado a sua própria alimentação. A solução encontrada pelos países desenvolvidos foi aumentar as exportações de alimentos destes para os países que estivessem perecendo de fome. Para isso fizeram acordos comerciais que trouxessem vantagens econômicas para os exportadores.

Em meados do século XX, muitas pesquisas já haviam sido desenvolvidas com relação ao problema da fome no mundo, demonstrando cientificamente que o problema da fome não era a falta de alimentos, e que com as técnicas existentes na época seria possível alimentar uma população de 13,5 bilhões de habitantes, numa época em que a população mundial era de, aproximadamente 2,5 bilhões. Entre os cientistas que se destacaram na pesquisa sobre a fome como problema social, tivemos o médico brasileiro Josué de Castro, denunciando que o problema da fome nos países subdesenvolvidos estava vinculado diretamente com o latifúndio monocultor e sua transferência de produtos agrícolas para os países desenvolvidos. “A fome nas suas diferentes formas, é sempre um produto direto do subdesenvolvimento”. (CASTRO, 2003, p. 52).

Também mapeou em seu livro *Geografia da Fome*, as principais doenças que acometiam e levavam a óbito adultos e crianças nas várias regiões brasileiras. Considerando áreas de fome, aquelas em que pelo menos a metade da população apresentava predominância de carências nutritivas.

A alimentação do brasileiro tem se revelado, a luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias, apresentando, nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos mais ou menos incompletos e desarmônicos. Numas regiões os erros e defeitos são mais graves e vive-se num estado de fome crônica; noutras, são mais discretos e tem a subnutrição. Procurando investigar as causas sociais dessa alimentação em regra tão defeituosa e que tem pesado tão duramente na evolução econômico e social do povo, chega-se à conclusão de que elas são mais produto de fatores socioculturais do que fatores de natureza geográfica (CASTRO, 2004, p. 34).

Comprovando com sua pesquisa que as doenças estavam relacionadas diretamente a falta de proteínas, vitaminas e sais minerais necessárias para mantê-los saudáveis e com vida, não sendo determinadas apenas por razões físicas, como era divulgado na época. Afirmava que um dos principais problemas brasileiros residiam em sua estrutura agrária atrasada, que impedia que o país trilhasse um caminho soberano em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Destas estruturas, a mais retrógrada e a mais resistente ao verdadeiro progresso social é, sem nenhuma dúvida, a nossa estrutura agrária, daí a necessidade de atacá-la com decisão para adaptá-la as necessidades sociais do Brasil atual. É a inadequação de nossas estruturas agrárias o fator essencial da má utilização de nossos recursos naturais, da baixa produtividade agrícola e da subocupação do homem no campo. Numa palavra: do atraso geral de nossa agricultura. O arcaísmo dessa estrutura agrária se evidencia não só pela inadequada distribuição das propriedades, como pelas relações de produção de tipo feudal, nas quais ainda perduram o regime da meação, a parceria e outras sobrevivências do feudalismo agrário. (CASTRO, 2004, p. 284).

Sua conclusão nos traz elementos que comprovam o interesse mercantil do latifúndio exportador sob o domínio imperialista, que atua como um freio para o desenvolvimento de nosso país. Afirmava que a fome somente desapareceria, quando fosse varrido o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona. (Cf. CASTRO, 2004, p. 291).

Cabe lembrar que neste contexto, pós-Segunda Guerra, vivíamos o conflito de dois modos de produção antagônicos, conhecido como Guerra Fria. Dois blocos de países se firmaram, um capitalista sob liderança dos Estados Unidos da América e outro socialista, liderado pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Estávamos diante de duas concepções distintas de sociedade que projetam ações igualmente distintas de produção. Diante disso, no final da Segunda Guerra Mundial, com os problemas alimentares que ocorreram e que ainda estavam ocorrendo, o presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, convoca uma reunião para discutir os problemas sobre agricultura e alimentação. Esse encontro teve a participação de 44 países, que “através de eminentes técnicos no assunto,

confessaram sem constrangimento, quais as condições reais de alimentação dos seus respectivos povos” (CASTRO, 2004, p. 15). Apresentando relatórios com um grau muito alto de mortalidade adulta e infantil, provocada por doenças que tinham como causa a fome e a desnutrição. Para tentar resolver o problema, a decisão foi a criação do Conselho da organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e pouco tempo depois criam também o Programa Alimentar Mundial (PAM), que se constituiu em uma organização humanitária de ajuda alimentar para situações de urgência, como catástrofes ambientais. De início, os países capitalistas desenvolvidos doavam seus excedentes de alimentos aos países capitalistas subdesenvolvidos.

Apesar do esforço, a FAO e seus gestores não tiveram força suficiente para implementar um projeto que garantisse uma ação efetiva contra os males da fome nos países capitalistas. Tiveram que se submeter ao interesses da acumulação capitalista, servindo para escamotear as verdadeiras causas da fome.

Em 1946, a ONU lançou sua primeira campanha mundial de luta contra a fome. Enfim em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia geral da ONU, reunida no palácio Chaillot em Paris, adotou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujo artigo 25º define o direito à alimentação. (...).

Mas esse foi, lamentavelmente, um momento de curta duração. No interior do sistema das Nações Unidas – e também no interior de muitos Estados membros –, os inimigos do direito à alimentação eram (e continuam sendo na atualidade) muito poderosos. (ZIEGLER, 2013, p. 23 e 24)

Seria uma contradição muito profunda o sistema imperialista garantir mecanismos para acabar com um fenômeno criado pela sua própria lógica. Assim não poderia ser de outra forma, pois no capitalismo lucra mais com a morte de milhões de seres humanos, do que com a solução para elevar o nível de vida da população e, conseqüentemente, melhorar sua nutrição.

Foi dentro dessa perspectiva que Josué de Castro, presidindo a FAO durante os anos de 1952 a 1957, avalia sua atuação neste órgão, afirmando se sentir “decepcionado pelo que fizemos por que, a meu ver, não elaboramos até hoje uma política de alimentação realista” (CASTRO, 2003, p. 40). De fato a realidade mostrou que acabar com a fome não era o objetivo dos idealizadores da FAO. Mesmo com a quantidade de alimentos tendo aumentado em vários países capitalistas, o problema da fome persistia.

Com o término da Segunda guerra os campos de influência dos países que passaram pelas Revoluções Socialistas haviam se ampliado. Este fato “desencadeou diferentes formas de produção no campo, mediante a ação direta de um Estado ideologicamente comprometido com a transformação da sociedade estabelecida e a construção de uma nova ordem” (FABRINI,

2010, p. 45). Diante desse fato países como Rússia, China e países da chamada Europa Oriental, passarão a enfrentar o problema da fome desenvolvendo ações no campo. Viabilizando o aumento da produção agrícola em pequenas propriedades camponesas, como foi o caso da China onde “foram distribuídos 46 milhões de hectares entre 300 milhões de lavradores. No que diz respeito à redistribuição de terras, A China inovou, distribuindo parcelas iguais de terra para dois membros do casal” (MARCOS e FABRINI, 2010, p. 68).

Esta ação demonstrou grande eficácia na solução do problema da fome. Josué de Castro em sua célebre obra *O livro negro da Fome* escrito em 1960, constatará que a quantidade de alimentos disponíveis na China pós Revolução socialista é imensamente maior que a cifra mundial.

Mesmo com esse descanso de nossa civilização em procurar produzir o suficiente para alimentar de maneira correta as populações do mundo, em aplicar as aquisições da ciência para melhorar os rendimentos do solo, mesmo assim a produção de alimentos na última década tem ultrapassado, em volume o crescimento das populações: enquanto as populações crescem num ritmo médio anual de 1<sup>1/2</sup> %, a produção alimentar do mundo já ultrapassou 2%. E isto é a desmoralização total do neomalthusianismo. E este aumento de 2% se evidencia bem abaixo de nossas possibilidades normais, quando se sabe, que com um certo esforço e organização do trabalho, *a nova China vem aumentando sua produção agrícola num ritmo correspondente a 8% por ano, depois da revolução de 1949.* (CASTRO, 1968, p.29, grifos nossos).

Como vemos a produção de alimentos e o acesso destes pela população de um país está diretamente ligado ao modo de produção assumido pelo mesmo, que, por sua vez, se define a partir do poder político instituído. Sendo assim, mesmo existindo na atualidade uma grande produção de alimentos, estes não são distribuídos, tampouco diversificados de forma que garanta a soberania e segurança alimentar de todo o povo. Seria uma ilusão exigir tal compromisso do modo de produção capitalista, uma vez que sua lógica é a do mercado, produzindo aquilo que proporciona lucro e não o necessário para o suprimento das necessidades humanas. É isto o que define a produção mundial na fase imperialista do capitalismo, principalmente para os países subdesenvolvidos. A estes cabe a produção monocultora, voltada exclusivamente para a exportação e que vem destruindo milhões de espécies de plantas que serviram de alimentação para as populações ao longo da história da humanidade. Em contrapartida impõe à todo o povo uma padronização de alimentação, de acordo com os interesses dos monopólios imperialistas que passam a dominar cada vez mais as variedades das sementes.



## **A soberania alimentar no Brasil e sua premissa básica, a Soberania política.**

Como vemos, o Brasil é um país que não garante o direito à alimentação de qualidade para seu povo, pois não produz seus alimentos de forma integral, necessitando importar muito do que sua população consome. Assim entendemos que a soberania política e econômica são premissas básicas para assegurar de forma plena a soberania alimentar de nosso território, mesmo dentro dos marcos capitalistas.

É assim que o Brasil como receptor de capital e de tecnologia, dá sua contribuição para o ajuste espacial, assentindo com o lugar que os países centrais lhes reservaram na divisão territorial do trabalho. Desse modo ainda que o agronegócio tenha a seu dispor tecnologias de ponta, pouco pode contribuir para o desenvolvimento efetivamente sustentável do país que segue fadado a integrar o circuito mundializado da mercadoria como fornecedor de produtos primários, por um lado, e consumidor de bens manufaturados, por outro, haja vista que estes são cada vez mais imprescindíveis para a cadeia produtiva notadamente da agricultura. (PAULINO, 2008, p. 229)

Dessa forma grande parte da produção agrícola brasileira está voltada para exportação, com técnicas modernas e utilização massiva de insumos, fabricados por empresas transnacionais. Sendo o Estado seu principal incentivador através dos grandes financiamentos “deixando praticamente abandonadas aquelas culturas que tem se constituído, historicamente na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros” (OLIVEIRA, 2001, p. 94).

Podemos citar também a questão de segurança alimentar que inicialmente surgiu da ação estatal, não representando nenhuma mudança efetiva prática, pois grande parte dos governos não a levaram adiante, passando a serem geridas por organismos internacionais. Em nome do capitalismo monopolista será formulado um significado para o termo onde “assiste-se a separação entre autossuficiência e segurança alimentar que passa a ser entendida como a capacidade de adquirir os alimentos quando se necessitar deles” (MALUF, 2009, p.53). Esta seria a fórmula para manter amarradas ao impérios alimentares todas as populações dos países subdesenvolvidos que possuem renda para adquirir os alimentos industrializados que serão fornecidos pelas corporações transnacionais.

A medida que o Brasil substituía gradualmente a cultura de víveres pela cultura de cana-de-açúcar, o país entrou no círculo vicioso do mercado mundial alimentar: obrigado a importar alimentos que já não produz, aumenta a demanda mundial... que, por seu lado, acarreta o aumento do preço dos alimentos. (ZIEGLER, 2013, p. 259).

Temos a maior quantidade de terras aráveis do mundo, com um solo extremamente fértil, água em abundância e a luz solar que garante energia a maior parte do ano. Estas

características tem despertado o interesse das grandes empresas ligadas ao agronegócio em adquirir e ampliar seu domínio sobre nosso território.

Todos esses aspectos combinados explicam a recente onda de internacionalização da agricultura brasileira verificada nos últimos anos que se traduz no crescente controle das transnacionais do agronegócio sobre a agricultura brasileira – seja pela determinação do padrão tecnológico (sementes, máquinas e agroquímicos), seja pela compra/transformação da produção agropecuária (grandes, traders, agroindústrias) – e também na crescente onda de compra de terras por fazendeiros, empresas e grupos estrangeiros. (ALENTEJANO, 2011, p. 77)

Uma parcela significativa da economia agrária brasileira está dominada por grandes corporações transnacionais, como ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus, que controlam grande parte das exportações de produtos agrícolas. Seguindo a mesma lógica, a produção nos últimos anos tem se voltado ainda mais para o mercado, isto é, produzindo o que os países importadores de *commodities* demandam, sendo viabilizados pelos créditos concedidos pelo Estado brasileiro com recursos públicos. “Entre 2008 e 2009, estima-se que o setor sucroalcooleiro tenha recebido mais de R\$ 12 bilhões do BNDES, verba esta extraída, em grande medida, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)”. (ALENTEJANO, 2011, p. 83)

### **Considerações finais**

Sustentamos em nosso trabalho que a destruição de todos os latifúndios e a divisão de terras para quem nela quer trabalhar e viver, enquanto libertação das forças produtivas, expressa a condição fundamental para a efetiva conquista da situação de Soberania Alimentar no Brasil. Sem este rompimento com o sistema latifundiário que prevalece em todo país desde o início de sua colonização, jamais conquistaremos a soberania alimentar.

Para que ocorra tal rompimento não basta a propaganda e os pequenos modelos de produção camponesa, mas o rompimento amplo e total da dominação imperialista, que tem o latifúndio como seu maior e principal aliado interno. Por isto afirmamos que a soberania alimentar está submetida à soberania política e esta apenas será conquistada com o fim da lógica da mercadoria do regime capitalista e a destruição de todo o poder burguês-latifundiário opressor e explorador do trabalho humano.

Sob essa compreensão sustentamos que os movimentos classistas populares de luta pela terra têm um papel fundamental nessa batalha, como estratégia da destruição de todos os

latifúndios, como condição para a libertação das forças produtivas no campo, tendo por base a garantia do acesso a terra para todos os camponeses.

Embora somente o acesso à terra pelos camponeses não seja a garantia da soberania alimentar, é condição básica para assegurar materialmente a produção de alimentos por quem vive e trabalha no campo, possibilitando criar as condições de autonomia na produção alimentar, como autoconsumo das comunidades, sem que se tornem prisioneiras do mercado, controlado pelos monopólios do comércio de alimentos diretos para o consumidor. Trata-se, portanto, de se desenvolver sob a teoria científica do classismo (marxismo) as formas de organização e lutas do campesinato na destruição do sistema latifundiário associada com a destruição do capitalismo. Caso contrário, a luta pela distribuição de terra para uma parcela dos camponeses, sob a premissa liberal, como apregoa a ideologia burguesa caminha apenas para adequar os camponeses ao sistema, mantendo no mercado alguns poucos privilegiados, e contribuindo para a ruína dos demais.

### Referências bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo. **Questão Agrária no Brasil atual:** uma abordagem a partir da Geografia. A Produção do espaço brasileiro: A abstração real. Revista Terra Livre, São Paulo, vol. 1, n° 36, p. 69 a 95, jan-jun/2011.

CASTRO, Josué de. **Sete Palmos de terra e um caixão.** Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

\_\_\_\_\_. **O livro Negro da Fome.** 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

\_\_\_\_\_. **Geografia da Fome, o dilema brasileiro:** pão ou aço. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHONCHOL, Jaques. **A Soberania Alimentar.** Dossiê América Latina. Estudos avançados, vol. 19, n° 55, São Paulo, set-dez/2005.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva.** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. Universidade do Estado de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010.

LAPPÉ, Frances Moore. *Apud* ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: **Capturando a terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MALUF, Renato S. **Segurança alimentar e nutricional**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Coleção Clássicos do Pensamento Político. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi e FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. In: SAUER, Sérgio & PEREIRA, João Márcio Mendes. (Orgs.). **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e Reforma Agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa**. Geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

1A população Mundial na época estava em aproximadamente 2,5 bilhões de habitantes.